

PÓS PORTUGAL 2020 – PERÍODO 2021-2027

I. CONJUNTURA ATUAL – A OPORTUNIDADE

O futuro da Europa, principalmente desde o Brexit, é um dos assuntos mais debatidos em vários fóruns, estando a Associação Nacional de Municípios Portugueses presente alguns dos mesmos (particularmente no Comité das Regiões e no Comité dos Municípios e Regiões da Europa – CMRE/CCRE).

A apresentação pela Comissão Europeia (CE), em 2 de maio último, da proposta de **orçamento para os próximos anos** (programação do próximo Quadro Financeiro Plurianual para o período 2021-2027) acentua e eleva a importância deste assunto e do seu debate.

Na verdade, ainda que apenas sejam conhecidos os montantes globais para cada uma das prioridades políticas definidas pela UE -- não se sabe que valores serão alocados aos programas setoriais (em especial ao da política de coesão) --, muitas preocupações ganham dimensão, em especial aquelas que parecem abalar a coesão territorial.

É, por isso, o momento de adensar a discussão no que respeita aos impactos e prioridades no nosso país, concertando posições nacionais, fortes e consensuais, que promovam, não apenas a coesão europeia, mas também a sua réplica para as escalas nacional, regional e sub-regional.

II. PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES DOS MUNICÍPIOS:

- a. O anúncio da **redução das verbas para a Política da Coesão** em cerca de 5% a 7% - Preocupa-nos, em especial, que possa vir a significar uma redução muito superior do Fundo de Coesão. Foi informalmente transmitido à ANMP que poderia estar em causa uma redução de cerca de 45% do Fundo de Coesão!
- b. A equacionada **alteração dos critérios de distribuição de verbas entre Estados Membros e Regiões** – Continuará a ser somente o PIB *per capita* ou serão introduzidos novos critérios (tais como as migrações, alterações climáticas e desemprego)? Sem prejuízo da importância e reforço que merecem estas novas prioridades, que já são objeto de apoio através de

programas específicos, nota-se, este assunto requer uma análise e avaliação cuidadas.

- c. A possibilidade de uma **gestão mais centralizadora dos fundos** – Sob pena de enfraquecer e criar entropias na coesão, a ANMP defende que os PO Regionais devem continuar a ter um peso grande (e serem inclusivamente reforçados), a par de uma aposta na consolidação e incremento da gestão descentralizada de fundos aos níveis sub-regional e local (a exemplo dos Pactos para o desenvolvimento territorial e dos PEDU's – Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano).
 - i. Em particular, preocupam-nos alguns indícios no sentido de **centralizar o Fundo Social Europeu (FSE)**, que passaria a ser gerido autónoma e isoladamente pela Europa. É crucial manter os programas nacionais e uma **abordagem multifundos**.
- d. O peso crescente dos **Instrumentos Financeiros** – É verdade que são importantes, mas não funcionam em todos os tipos de intervenções. No Portugal 2020, foi alocada a este tipo de instrumentos uma parcela muito significativa, e muito acima da média europeia. Entendemos que deve ser Portugal, conhecedor da sua realidade e especificidades, a definir a combinação dos vários tipos de apoios (fundo perdido, reembolsável ou instrumento financeiro) aplicável.
- e. A manutenção das designadas “**Prioridades negativas**” - No Portugal 2020 os investimentos no âmbito das infraestruturas rodoviárias e dos equipamentos coletivos deixaram simplesmente de ser financiados, e outros, como as infraestruturas escolares e de saúde, foram reduzidos a mínimos quase insignificantes. Há ainda muito a fazer e muito caminho a percorrer nestas áreas, pelo que defendemos que passem a ser considerados, de facto, como prioritárias.

III. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INVESTIMENTO PARA AS AUTARQUIAS

Promover a coesão europeia, nas suas diferentes escalas, implica conhecer e perceber as realidades locais, pelo que as Autarquias são, de facto, as mais bem posicionadas para proceder ao reconhecimento das áreas estratégicas que devem ser alvo de investimento no território. Elencam-se, de seguida, as áreas identificadas como prioritárias, sempre com o foco na coesão interna:

- Investimentos de base territorial – infraestruturas escolares e de saúde, acessos rodoviários a zonas estratégicas, equipamentos culturais e desportivos, etc.
- Pilar social e demografia
- Ciclo Urbano da Água (CUA)
- Cooperação transfronteiriça
- Política de cidades e redes urbanas
- Valorização dos recursos endógenos e apoio à economia local

IV. POSICIONAMENTO E NEGOCIAÇÃO

O exposto, tendo uma índole de base municipal, é, efetivamente, transversal e comum ao país. O que é bom para os Municípios, é bom para Portugal!

O posicionamento nacional relativamente ao próximo quadro deve, por isso, incorporar aquelas preocupações e prioridades, devendo ser transmitido e negociado o quanto antes com a UE (não repetindo erros do passado).

Só assim se conseguirá influenciar o rumo do orçamento europeu e o conteúdo dos regulamentos europeus, defendendo os Portugueses e o seu território.

23 de maio de 2018